

**SONO TUTTI BUONA GENTE: A INVENÇÃO DA SUPERIORIDADE  
ITALIANA**

Bruno Antonio Picoli\*

**RESUMO:** A propriedade da terra, o trabalho, a família, a religiosidade... são entendidos como elementos definidores da natural superioridade (cultural, econômica, espiritual) dos descendentes de italianos do oeste de Santa Catarina quando contrastados com os grupos étnicos já residentes nesta região quando do processo de colonização. O objetivo deste artigo é desnaturalizar esta distinção entre os grupos “italiano” e “caboclo”, na medida em que propõe uma abordagem da colonização do oeste catarinense como uma luta de representações estruturadas e estruturantes, definidoras de papéis sociais e práticas culturais, ou seja, da identidade de grupo.

**Palavras-chave:** Discurso; Representações; Identidade.

**ABSTRACT:** The property of soil, labor, family, religiosity... are understood as defining elements of the natural superiority (cultural, economic, mental) of descendants of Italians in the western Santa Catarina when contrasted with the ethnic groups already living in this region during the process of colonization. The article aims to denaturalize the distinction between the groups “italiano” and “caboclo”, in that it proposes an approach to colonization of the West of Santa Catarina as a struggle of structured and structuring representations, defining social roles and cultural practices, in other words, of group identity.

**Keywords:** Conflict; Representations; Identity.

*Chegarão os primeiros colonos, os imigrantes,  
os obreiros da civilização, com  
estes a fortuna à região e o progresso de  
um trecho fadado pela natureza  
para ser o verdadeiro Éden.  
(Artur Ferreira da Costa, 1929)*

E os imigrantes chegaram. Em verdade a grande maioria era composta por migrantes. Fizeram-se pioneiros. Desbravadores. Legítimos bandeirantes na heroica faina de civilizar este sertão. Com eles o progresso, as estradas, o trabalho. E os frutos deste. A verdadeira religião, livre dos fanatismos tão comuns por estas bandas. A ordem. A lei. Com muito sacrifício e honestidade, do nada construíram uma terra

---

\* Mestrando em História pela UPF e professor do curso de História da UNOESC de Xanxerê-SC ([brunopicoli\\_historia@yahoo.com.br](mailto:brunopicoli_historia@yahoo.com.br)).

próspera. Estes valorosos heróis são fortalezas de integridade moral. Faróis onde antes só havia escuridão.

Para quem, como eu – descendente de migrantes ítalo-sul-riograndenses –, cresceu no oeste catarinense, está aí uma síntese da epopeia colonizadora. Empreendida por tão bravas gentes às quais é imprescindível prestar honrarias. Reforçada em hinos, monumentos, literaturas, rituais, datas comemorativas, etc., esta representação preserva-se – com atualizações – hodiernamente. A suposta superioridade auto-atribuída é defendida fervorosamente pelos guardiões da memória coletiva. Estes, por sua vez, encontram respaldo em autores clássicos e locais.

Dentre estes clássicos, salientamos o supracitado Arthur Ferreira da Costa (1929), membro da comitiva oficial do presidente do Estado de Santa Catarina, Aphonso Konder, que, em 1929, percorreu a região, e Leo Waibel (1979), geógrafo alemão teórico das “zonas pioneiras” – boa qualidade de terras ocupadas por “gente de boa qualidade” (WAIBEL, 1979, p. 236). Dentre os autores locais, destacam-se, entre muitos outros, Maria Adelaide Pasquali Hirsch (2005), Alvírio Silvestrin (2002) e Maria de Oliveira (1992). De acordo com esta última,

Muitos vieram, viram e voltaram. Era uma aventura aqui permanecer, pelas distâncias e pelas dificuldades. Vamos enumerar alguns dos que aqui chegaram, ficaram e com seu esforço, e com suas lutas, tornaram este local possível de se viver, e aí está para que quiser ver (sic). Se não houvesse a força, coragem do primeiros (sic)... nem haveria o progresso de hoje. (OLIVEIRA, 1992, p. 31)

O objetivo deste artigo não é indagar se o processo de colonização foi ou não de extremo esforço a abnegação, se os desbravadores são ou não heróis, ou então se o progresso – tão almejado – chegou ou não para a região e, caso o tenha, se foi pela mão do elemento migrante italiano. Como lembra Bronislaw Baczko, pouco importa saber se o fato em si é de tamanha importância, nas mentalidades, as mitologias, as representações que nascem a partir do fato soblevam em importância o próprio fato (BACZKO, 1985, p. 296). Descarta-se de início, entretanto, pela carência de base científica, a tese da inerente superioridade natural dos indivíduos de descendência

italiana. Esta superioridade discursiva é histórica, ou seja, construída num enfrentamento entre forças desiguais, não é, portanto, natural. O objetivo é propor uma abordagem da colonização “italiana” no oeste catarinense como uma luta de representações estruturadas e estruturantes, definidoras de papéis sociais e práticas culturais.

Por representações – tratadas sempre no âmbito coletivo – entende-se a presentificação de um representante, o que remete a um passado que assegura, pelo menos no referencial imaginário, uma continuidade. Incorporam nos sujeitos as divisões do mundo social e estruturam esquemas de percepção do próprio mundo social (CHARTIER, 1994, p. 108). Não temos meios de ter acesso ao fato em si, o que temos são representações do fato, dotadas consciente ou inconscientemente de valores por seus produtores. A representação não é o “real”, mas, como bem assinala Sandra Pesavento (1995, p. 15), faz parte da realidade histórica, interfere nos modos como os indivíduos pertencentes a grupos sociais diferentes interpretam o mundo real que se lhes apresenta.

A literatura historiográfica que trata da ocupação da região ocidental de Santa Catarina por colonos de ascendência italiana é unânime em admitir que aí se travou um conflito étnico entre estes e os antigos moradores luso-brasileiros. Muitos, inclusive, salientam as violências – físicas e simbólicas – impostas ao segundo grupo. Podemos citar, a título de ilustração, Arlene Renk (2006), Jaci Poli (1991), Alceu Werlang (1999), Renilda Vicenzi (2008), entre outros. Há autores que tratam mesmo das representações sociais criadas neste processo e sobre este processo, como é o caso de José Carlos Radin (2009). Entretanto, em todos os casos, não se verifica uma discussão efetiva sobre o que define o grupo cultural – e, portanto social – italiano e/ou caboclo. O grupo é entendido como uma categoria autoexplicativa, dado a priori, naturalizado.

Na abordagem aqui proposta, é preciso desnaturalizar o grupo, historicizá-lo, romper com o que Antoine Prost (1998, p. 126) definiu como história social labroussiana, de linha marxista (que influencia mesmo trabalhos que não podem ser tratados como desta abordagem). Nessa perspectiva, o grupo social constituiria um agente coletivo capaz de ações emocionais e racionais, de acordo com seus interesses objetivos. Sobretudo o grupo é entendido naquela perspectiva como uma evidência, um

núcleo duro ao redor do qual se dá a história. Para Prost, o que define um grupo ou uma classe não são os interesses objetivos, mas o compartilhamento de uma experiência comum, sua comemoração, rememoração e ritualização. Na medida em que define seus adversários, estabelece as bases que dão corpo e forma a uma identidade coletiva (PROST, 1998, p. 129).

No processo de ocupação territorial do oeste catarinense por colonos, durante a primeira metade do século XX, verificou-se um intenso conflito – sobretudo de representações, mas infelizmente não só – entre estes e os camponeses que já estavam aí estabelecidos, chamados de caboclos e/ou brasileiros. O poder político instituído defendia abertamente a necessidade de colonização – e posterior civilização – desta região por colonos de origem europeia, entendidos como mais produtivos e ordeiros (VICENZI, 2008, p. 27). A imprensa do período também fazia campanha por este modelo de colonização, de acordo com o jornal Voz do Chapecó, de 28 de maio de 1940, “estes colonos que vêm do vizinho estado [Rio Grande do Sul] são o melhor elemento que se pode desejar, por serem brasileiros, pacatos e trabalhadores.” (In RENK, 2006, p. 72). Note-se que o termo brasileiro não possui uma conotação sociológica, estigmatizante, neste caso refere-se ao país de nascimento dos colonos: descendentes de europeus, portanto já nascidos no Brasil.

Nesse contexto são estabelecidas as normas de condutas reguladoras do que seria o grupo étnico italiano: apreço pela propriedade da terra, trabalho como redenção do indivíduo, alta valoração dos vínculos familiares, além da moral católica apostólica romana. Muitos destes elementos não foram necessariamente construídos no oeste catarinense. Provém de outras frentes de colonização – também zonas de conflito. A relação com a terra – propriedade sua –, por exemplo, encontra registros nos primeiros tempos de colonização. Entretanto, a junção desses elementos, relativamente flexíveis, e a constituição de uma representação coletiva reguladora de práticas comuns que dão formas ao que na região se denomina “italianos” se deu em meio a estes conflitos – seja no processo de colonização do norte do Rio Grande do Sul ou do oeste de Santa Catarina.

O elemento caboclo – ou o que genericamente se denomina deste modo – era depreciado pela elite local e nacional por desempenhar atividades econômicas pouco valorizadas e volantes, como a extração de erva-mate e a criação de animais soltos (o que exigia uma área de terras maior). Também se caracterizavam pela agricultura de subsistência (o que, em tese, exigia um tempo menor de trabalho) e pelo catolicismo popular, com santos não reconhecidos pelas autoridades religiosas e com líderes espirituais sem vínculo direto com a Igreja Católica. Os colonos que se instalam na região com o aval do Estado desenvolvem estratégias de diferenciação que estabelecem uma fronteira entre um suposto “nós” e os “outros”. Esses colonos, quando contrastados com elementos estrangeiros, definem-se como brasileiros, entretanto, quando o olhar se volta para o interior do Brasil, os brasileiros são os outros. Eles são os italianos, incomparavelmente melhores.

A demarcação de fronteiras grupais opera em uma dinâmica contrastiva onde um dos lados, detentor de um diferencial de poder maior, atribui a si e aos seus virtudes humanas superiores. Dependendo do grau da desigualdade de poder que se verifica que, em muitos casos, o grupo “superior” consegue fazer com os próprios elementos do grupo “inferior” sintam-se efetivamente assim. A socialização e a inculcação de valores de uma geração para outra contribui para um processo de naturalização do não-natural, que traduzidas, tomam a forma do que Pierre Bourdieu (1998, p. 60ss) chama de *habitus*, ou seja, um sistema de disposições duráveis que atuam como princípios estruturadores de representações e práticas que podem ser reguladas de forma objetiva sem ser, necessariamente, produto de uma observância rígida à normas e regras.

Como exemplo disso pode-se postular a quase obsessão (RENK, 2006, p. 77) pela propriedade da terra. Não é a propriedade nominal apenas. A posse legal sobre a terra justifica-se, no imaginário coletivo, como meio para a ação transformadora pelo trabalho. Tirar a terra do mato (não é só tirar o mato da terra), construir um quintal, zelar por uma bela horta ou pomar, edificar a morada nas proximidades destes, é inserir-se nos padrões do grupo. Não o fazer é ser alvo de censura, fofocas depreciativas, exclusão dos privilégios do pertencer. É a perda – fruto de uma suposta negligência – de seu estatuto de ser humano superior. Como salientam Norbert Elias e John Scotson

(2000, p. 39), a opinião interna de qualquer grupo com alto grau de coesão tem uma influência central na conduta de seus membros. Como consequência, é possível que muitos dos seus não concordem com os padrões, normas, valores, etc., do grupo, entretanto, não os transgridem para não perder as benesses do pertencimento; para não se tornar o “outro”.

É comum ouvir-se hoje, como crítica aos “brasileiros”, que o principal – ou um dos – motivo para a situação de pobreza da grande maioria destes é a despreocupação com o amanhã, à entrega aos excessos e o desleixo com os filhos (RENKE, 2006, p. 95). Essa afirmação tem um caráter moralizante: para inscrever-se no seio do grupo “italiano” o indivíduo e sua família deviam viver com parcimônia, gastando o mínimo possível, nunca esbanjar, prevenir o amanhã, etc. Acima de tudo, não desperdiçar o tempo. Em contraste com a suposta indolência do elemento caboclo, o “italiano” teria uma compulsão pela organização e pelo trabalho. De acordo com Renk (2006, p. 96),

As ocupações típicas de dias chuvosos, noites e temporadas de pouco trabalho na lavoura consistem em trançar a palha do trigo para a confecção de chapéus, bolsas [...], nos encontros noturnos entre vizinhos, os filós e os serões são utilizados para a debulha do milho ou para a confecção de crochês e tricôs, pela camada feminina.

Esta preocupação com o tempo aproveitado para o trabalho fez com que muitas famílias não investissem na educação formal (escola não enche a barriga), provendo os filhos – homens – com terras para a reprodução econômica no futuro (VICENZI, 2008, p. 35).

A moral religiosa é outro elemento de diferenciação. Atribui-se aos italianos um apego e devoção às coisas sagradas. O cumprimento dos rituais católicos, a frequência na missa, realizada por um ministro da Igreja, autoridade inquestionável, deviam ser seguidos por todos. Novamente aqui tem-se a relação contrastiva com os caboclos que admitiam que cultos fossem realizados por leigos, beatos e benzedeiros. Este quadro de respeito à autoridade clerical foi forjado, portanto, na observância das práticas dos “outros”, e foi utilizada como estratégia de diferenciação, visto que nos primeiros anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, era comum a instituição do padre-leigo (VICENZI, 2008, p. 34).

Os casamentos também dão conta de uma representação imprescindível para a identidade do colono italiano. A família era fundamentada no matrimônio monogâmico e indissolúvel e pautada nas observâncias dos cânones católicos. Entretanto este casamento ideal – antecedido por um namoro ideal – era respeitado apenas formalmente. Eram comuns casamentos às pressas e o nascimentos de gordos pré-maturos, os *seteminos* (de sete meses) (VICENZI, 2008, p. 33). Vale salientar novamente que as representações superam os fatos que lhes dão origem em influência, entretanto, faz-se necessária uma base material, daí argumentos, nem sempre verificáveis, que servem para apontar os traços positivos do seu grupo (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 23). Da mesma forma, nunca faltam fatos que destaquem a inferioridade moral dos outros.

Os grupos não são realidades duras, imunes às transformações históricas. Sendo assim, há a constante necessidade de ritualizar, erguer monumentos, saudar heróis, etc. No oeste de Santa Catarina o projeto colonizador foi vencedor, tanto na disputa pelo domínio do espaço quanto pelo monopólio das representações, do imaginário social. É, ainda no seio destas relações de forças desiguais que compreendemos os discursos reprodutores de uma memória coletiva – produtora, por sua vez, de um passado ideal, selecionado, filtrado – do grupo vencedor. Assim, a guisa de exemplo, em Chapecó-SC, na principal avenida, há um monumento com 14 metros de altura e 9 toneladas glorificando a coragem e a vitória dos desbravadores (SIQUEIRA, 1981). De modo semelhante, a segunda estrofe do hino municipal de Seara-SC reforça a noção de conquista, de esforço, mas também de progresso: “Desbravada dos colonizadores / Cujo à força o progresso atingiu” (SEARA).

Estes marcos “funcionam” como instrumentos de repressão, vistos que, como lembra Baczko (1985, p. 299), os bens simbólicos produzidos por qualquer sociedade ou grupo, e que asseguram o seu estatuto ou condição frente aos outros, não são ilimitados. Alguns, ao contrário, são raros e preciosos, movendo sangrentas batalhas pelo monopólio de certas categorias e símbolos que compõem os referenciais do imaginário social. Estes conflitos só são imaginários no sentido de que tem como objeto o imaginário social que, por sua vez, torna-se comunicável – e inteligível – através da

produção dos discursos nos quais, e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas – faz-se importante salientar que ocorre também uma reprodução, ressignificação, destes discursos quando do seu consumo.

De acordo com Marcel Mauss (apud CHARTIER, 1991, p. 178), mesmo as representações coletivas mais elevadas só o são de fato se comandam atos. De forma semelhante, só são exitosas na medida em que são reconhecidas e, portanto, legitimadas, pelos “outros” (BOURDIEU apud CHARTIER, 1991, p. 108). Neste ínterim é possível fazer uso da categoria, proposta por Elias e Scotson (2000, p. 27), de “estigmatização social” como elemento constituído da superioridade de uns e da inferioridade outros. Para que os discursos estigmatizantes se desenvolvam, é necessária a consciência dos que lhes são alvo. Em muitos casos, e é o que ocorre nas relações entre “italianos” e caboclos/brasileiros, o próprio termo que designa o grupo inferiorizado dá notas de sua condição. É comum, no oeste catarinense, a expressão “*cani, negri e corvi, tutti compagni*” (RENK, 1991, p. 9) para desqualificar o elemento caboclo. A própria forma da expressão, em um dialeto italiano, funciona como um código interno – embora inteligível aos de fora – que exclui o grupo relacionado. Os caboclos também possuem uma terminologia designativa do italiano – “gringo” –, entretanto, não chega a ser ofensivo, devido aos diferenciais de poder. Caso se torne ofensivo este, ou outro termo qualquer que classifique pejorativamente os “italianos”, é um indício de que os diferenciais de poder estão se equilibrando ou, então, invertendo.

É interessante perceber que estigmatizações sociais eram comuns entre os próprios migrantes – dos do Vêneto em relação aos da Lombardia, destes com relação aos do Tirol Meridional, destes com os primeiros – e não havia, entre os mesmos, uma “identidade italiana”. No processo de colonização, diante da existência de um inimigo comum, elementos culturais que expressavam algumas proximidades – cor de pele, dificuldade com a língua portuguesa, etc. – serviram como elementos aglutinadores e constituidores dessa identidade. Já os elementos que apresentavam distanciamentos – dialetos diferentes, por exemplo – foram minimizados. O grupo “italiano” passa a existir diante das condições sociais materiais, mas o que lhe caracteriza como grupo efetivamente são os elementos culturais. Fazer a colonização implica, necessariamente,



abrir-se ao imaginário que ela produz, partilhar os mitos e as esperanças que dela provém. No oeste catarinense não existem lombardos, sicilianos, tirolezes, etc. (eles não encontrariam respaldo), mas “italianos”, possuidores das “melhores qualidades humanas possíveis”, ou seja, *sono tutti buona gente*.

### Referências Bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. Volume 5 (Anthropos-Homem).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, no 11, Vol. 5, p. 173-191, jan/abr 1991.

COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste Catarinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. **Ernesto Francisco Bertaso**: de Verona a Chapecó. Chapecó, SC: Argos, 2005.

OLIVEIRA, Maria de. **Xaxim conta sua história**. Xaxim, SC: Prefeitura Municipal, 1992.

PESAVENTO, Sandra. Representações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh; Contexto, vol. 15, nº 29, 1995.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**. nº 7. Chapecó, SC: Fundeste; CEOM, 1991.

PROST, Antoine. Social e Cultural Indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

RADIN, José Carlos. **Representações da Colonização**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

RENK, Arlene Anélia. **A Luta da Erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2ª ed. Chapecó, SC: Argos, 2006.

RENK, Arlene Anélia. As Representações da Colonização no Oeste Catarinense, a partir dos Brasileiros. **Cadernos do CEOM**. nº 7. Chapecó, SC: Fundeste; CEOM, 1991.

SEARA (cidade). **Hino do Município de Seara**. Disponível em [www.seara.sc.gov.br/arquivos\\_internos/index.php?abrir=sobre\\_seara](http://www.seara.sc.gov.br/arquivos_internos/index.php?abrir=sobre_seara) acesso em 09 de dezembro de 2010.

SILVESTRIN, Alvírio. **Lunardi (Tottari)**: uma história de Foza (Itália), Fagundes Varela (RS) e Xaxim (SC). Chapecó, SC: Ed. do Autor, 2002.

SIQUEIRA, Paulo de. **O Desbravador**. Escultura. Inaugurada em 1981.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó, SC: Argos, 2008.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLANG, Alceu Antonio. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no oeste de Santa Catarina: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM**. nº 11. Chapecó, SC: Grifos, 1999.